



RESUMO

O presente artigo propõe uma discussão concernente à importância e atuação da Economia Solidária (ES) no Brasil e no mundo. O tema proposto busca uma relação do desenvolvimento de uma nova economia com um expressivo movimento social, cujos principais atores são os empreendimentos econômicos solidários. Neste sentido, a definição e o significado assim como a origem desta empreitada são temas de grande relevância para um melhor entendimento sobre a ES. Partindo do exposto, este artigo estende-se ao atual retrato da ES viabilizado por meio do Projeto de Mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária e da implementação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária-SIES no Brasil e em particular no Amazonas.

Palavras-chave: **Economia Solidária, desenvolvimento, solidariedade, inclusão social, autogestão e mapeamento**

INTRODUÇÃO

O ressurgir da Economia Solidária traz uma reflexão em torno dos conceitos e concepções acerca do desenvolvimento econômico e da dinâmica econômica histórica sob o capitalismo (BACELAR,2006).

A crise gerada pelas mudanças estruturais que fragilizaram o modelo tradicional, abriu espaço para o surgimento e avanço de novas formas de organização do trabalho.

Para Paul Singer, com esta crise surgem novos espaços para manifestação de novos modos de produção, e acrescenta que: “a combinação entre força de trabalho excedente e um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária”. Segundo Maria Nezilda Culti nossa produção histórica atual é de procurar criar e apoiar oportunidades ou formas de trabalho reinventadas para propiciar trabalho e renda à população excluída.

Neste contexto, surgem as experiências coleti-

vas de trabalho organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras.

No que diz respeito à definição do conceito da Economia Solidária (ES), esta perpassa por acepções variadas, mas, de acordo com Paul Singer, todas giram em torno da idéia de solidariedade em contraste com o individualismo competitivo (SINGER,2003).

A cooperação, enquanto forma de integração social, na qual as pessoas se unem para alcançar o mesmo objetivo, é uma boa estratégia para legitimar social e legalmente aqueles que estão à margem da sociedade.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária define a ES como “fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária”. Neste contexto, é enfatizada a importância dos valores culturais, que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006) ao definir a ES considera que esta se reverte à lógica capitalista ao se opor a exploração do trabalho e dos recursos naturais, mediante emergência de um novo ator social composto por trabalhadores associados e consumidores conscientes.

A ES, de fato, se fortalece gradativamente como nova alternativa para geração de renda, inclusão e fortalecimento social como resposta importante não só de trabalhadores como das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Esta nova prática de produção privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras.

MEMÓRIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A bem da verdade, a Economia Solidária remonta suas raízes históricas no seio da Revolução Industrial, início do século XIX no pensamento

cooperativista e segundo Singer, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma semente, em toda sua evolução.

As primeiras experiências de modelos de gestão diferenciado e democrático são frutos do Pensamento Cooperativista (que ao longo da história toma cunho de Movimento Social) e dos percussores do Socialismo Utópico, dentre eles Charles Fourier (1772-1827), Conde de Saint-Simon (1760-1825), Philip Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882) e uma das maiores referências do cooperativismo operário, Robert Owen (1771-1859).

Owen testou suas proposições, inicialmente em sua grande indústria têxtil inglesa de New Lanark, limitando a jornadas de trabalho e não empregando crianças. Com esta prática, atestou que os níveis de produtividade da fábrica aumentaram significativamente, partindo para outras experiências como a Colônia Cooperativa de New Harmony, nos Estados Unidos e outras Aldeias Cooperativas no mesmo país e na Irlanda que propunham uma reformulação da sociedade. Criou ainda o Labour Exchange, uma espécie de Clube de Trocas, no qual o parâmetro de medida para as transações eram as horas trabalhadas para produção de um determinado bem, as notas de trabalho. Decorrente desta experiência, presenciamos na década de 1980 a criação do LETS, Local Employment and Trade System, no Canadá, as Comunas Kibbutzin de Israel e diversas outras experiências no mesmo sentido comprovam que as experiências e pensamentos cooperativos ainda influenciam novas formas de produção e distribuição.

Um marco no movimento cooperativista foi a criação em 1844 da Cooperativa de Consumo e Poupança Pioneira de Rochdale, considerado primeira cooperativa moderna, cujos princípios de moral e de conduta influenciam até hoje o Cooperativismo. Segundo CULTI, Rochdale nasce num contexto de capitalismo concorrencial e em defesa econômica dos trabalhadores propondo a democracia na gestão dos negócios - a denominada autogestão, além da cooperação daqueles que

fazem e são a cooperativa. Esta nova relação social do trabalho em pouco tempo demonstrou tamanho êxito que logo Rochdale se transformou num Complexo Cooperativo.

No Século XX, na Europa e na América e em outros continentes nascem novas experiências que propõem a centralidade no trabalho e na autogestão. Na Espanha o Complexo de Mondragón iniciou como uma cooperativa de produção fundada pelo Padre José Maria Arizmendi terra a partir do processo falimentar de uma empresa de fogões, transformando-a em uma empresa autogestionada, fortalecendo os laços de cooperação, solidariedade e autogestão. Atualmente o Complexo reúne cerca de 100 cooperativas, desde a produção, consumo à distribuição e ainda uma Universidade própria.

Em Bangladesh uma iniciativa inovadora reformulou a economia local. O Professor Mohamed Yunus¹ com seus alunos fundaram o Grameen Bank (SINGER, 2003;124). O banco concede micro-crédito a grupo de mulheres de aldeias mais pobres e a concessão traz uma conotação coletiva a partir do aval solidário, ou seja, o dinheiro é destinado a uma delas, servindo as demais de avalistas (SINGER, 2003;124).

No Brasil, as primeiras cooperativas datam ainda do Século XIX com pouca expressão até a metade do século XX. A partir da década de 1980, a chamada década perdida, a Economia Solidária começa a ressurgir como reação a um contexto de desemprego estrutural, acentuação da concentração de renda e acumulação do capital, conseqüentemente atenuação das desigualdades sociais, a reestruturação produtiva do capital, a crise do Movimento Sindical e ainda na década de 1990, agravada com a abertura do mercado interno às importações (SINGER e SOUZA, 2003;25).

Experiência notória no Ceará é o Banco Palmas, fundado em 1988, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, oferecendo micro-crédito aos moradores para produção e consumo. Atualmente, o Banco Palmas constitui um sistema

financeiro solidário, estendendo as linhas de crédito atendidas e ampliando a atuação do Banco, tal como os clubes de trocas solidárias com moeda social, a loja solidária e a feira do Banco Palmas.

Algumas cooperativas surgiram a partir do processo falimentar de indústrias, como é o caso da Usina Catende, outra experiência do Nordeste, os trabalhadores na iminência de perderem seus empregos decidiram assumir a indústria, transformando-a em cooperativa de produção. Outras experiências ao longo do país surgiram e em 1994 diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG) (SINGER e SOUZA, 2003).

Gabriel Kraychete (1999) define as experiências de ES no Brasil, como:

Responsáveis pela reprodução da vida de milhares de pessoas envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços e representam uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e sociabilidade.

Como ora descrito, a Economia Solidária ressurgiu como reação ao evidente processo de exclusão social e segundo Tânia Bacelar, aparece com mais força neste outro processo, associada à contradição mais aguda entre o êxito econômico do capitalismo e sua dificuldade em congregar as pessoas em torno de seu desenvolvimento.

Empreendimentos econômicos solidários - compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência, e viabilidade. (GAIGER in CATTANI, 2003)

¹ Professor Yunus é considerado o "pai" do microcrédito, tendo sido o seu trabalho reconhecido em diversos países. Em 2006 ganhou o Prêmio Nobel da Paz.

A ORGANIZAÇÃO DE UM MOVIMENTO

A ES enquanto Movimento ultrapassa a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas nas cadeias produtivas e nas articulações em seu entorno. Filho (apud org Medeiros, Schewengber, Shiochet, 2006) afirma que “para além de uma dimensão socioeconômica, as práticas de ES apontam também uma dimensão sociopolítica”. Essa dimensão é particularmente fértil na história dos movimentos.

Ao longo do País, diversos empreendimentos econômicos solidários surgiram e podem ser definidos como a concreta expressão de uma nova forma de produção e distribuição, grupos coletivos que organizados de forma democrática congregando trabalhadores e trabalhadoras marginalizados do mercado formal de trabalho, seja por questões de gênero, raça, idade ou qualificação profissional, associando desta forma uma identidade social e política na forma de “fazer a economia”, sendo estes os protagonistas e o principal segmento do Movimento de Economia Solidária.

Neste processo assinalamos a importância e o papel social das Entidades de Apoio e Fomento, dando apoio na constituição do empreendimento, assistência técnica, administrativa e jurídico-legal e ainda entidades de Movimentos Sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), as Agências de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS), a Cáritas da Igreja Católica, as Universidades por meio das ITCPS-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares entre tantas outras que assessoram e apóiam os mais diversificados empreendimentos.

Genauto Filho² ao discutir o papel das Entidades e Fomento afirma que estas, diferentes dos empreendimentos, já contêm a participação de profissionais oriundos quase sempre das classes médias urbanas, portanto, de uma base social diferenciada, muitas vezes é a universidade também participando...

Outro importante segmento do Movimento são os Gestores Públicos, representantes do Estado, seja nas esferas Federais, Estaduais e Municipais que juntamente com os outros dois segmentos discutem a formulação e consolidação de políticas públicas de Economia Solidária no Brasil.

Diante desta “configuração” do Movimento, em junho de 2003 o Grupo de Trabalho de Economia Solidária em conjunto com diversos atores da Economia Solidária fundaram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES, constituindo uma representação política nacional do Movimento, propondo a organização, a elaboração de propostas ao desenvolvimento da Economia Solidária e a representação deste frente ao Poder Público e às entidades nacionais e internacionais. Esta organização e representação nacional do Movimento aconteceu em consonância às organizações dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, os FEES³.

Ainda em 2003, durante o primeiro mandato do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e em resposta à demanda do Movimento, foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como a principal articuladora política da Economia Solidária na esfera governamental e ainda o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), composto pelos três segmentos do Movimento, respeitando sua proporcionalidade.

UMA ECONOMIA QUE ACONTECE!

Uma das ações prioritárias da SENAES, no Programa Economia em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2004-2007), está o Mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil e a implementação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por uma base nacional e por bases locais de informações que proporcionem a visibilidade

² Doutor em Sociologia (Universidade de Paris VII); Mestre e Graduado em Administração – Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professor da Escola de Administração da UFBA e do Núcleo de Pós-graduação em Administração (NPGA/UFBA)

³ Em alguns Estados os FEES precederam o FBES, no Amazonas o FEES foi fundado em dezembro de 2004.

da Economia Solidária e ofereçam subsídios nos processos de formulação de políticas públicas (SCHIOCHET, 2006).

Em 2005, o início da II Fase do Mapeamento demonstrou a existência de cerca de 15 mil empreendimentos econômicos solidários nas 27 Unidades Federativas do País, cerca de 1,5 milhão de trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária nas zonas rurais e/ou urbanas do País.

nológicos, integrante da Comissão Gestora de Economia Solidária do Amazonas-CGE/AM, participando de reuniões e deliberações a respeito dos rumos da Economia Solidária no Amazonas, e busca em seu trabalho⁴ com comunidades rurais e urbanas, viabilizar a economia regional utilizando os princípios desta nova economia.

Por meio deste Mapeamento, foram identificados em 32 municípios do Estado 304 empreendi-

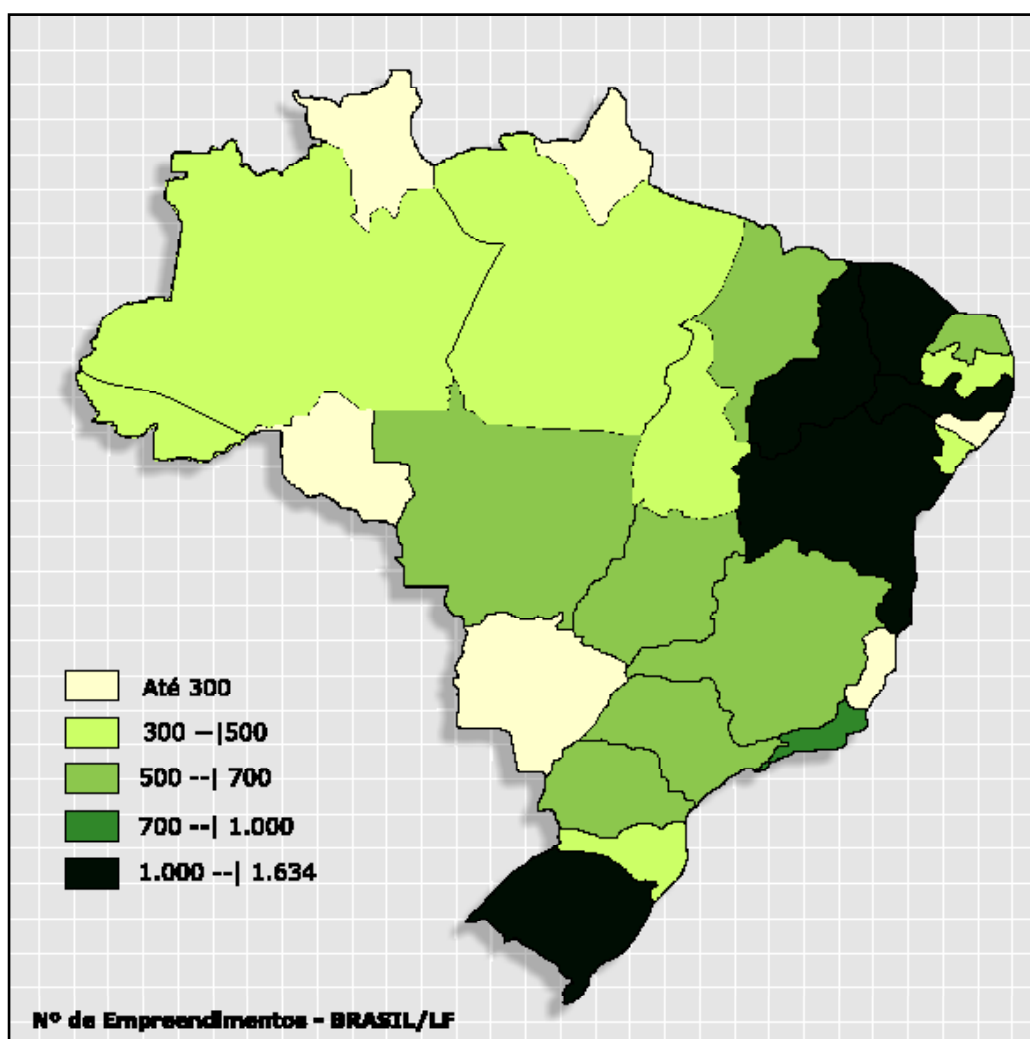


Figura 1 - Mapa da distribuição territorial dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil
Fonte: Atlas digital da Economia Solidária do Brasil 2005/MTE

No Amazonas, o Mapeamento foi executado pela Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), sendo esta uma entidade de ensino e prestadora de serviços tec-

mentos econômicos solidários em suas diversas formas de organização, seja cooperativas, associações, grupos informais, entre outras, reunindo cerca de 25 mil trabalhadores e trabalhadoras nas

⁴Trabalho realizado pelo Núcleo de Desenvolvimento Sustentável, DSUS-CDER, no qual a metodologia de trabalho é aplicada a partir de quatro focos principais para o desenvolvimento local: fortalecimento social, manejo ambiental, adequação tecnológica e inclusão econômica por meio dos princípios da Economia Solidária.

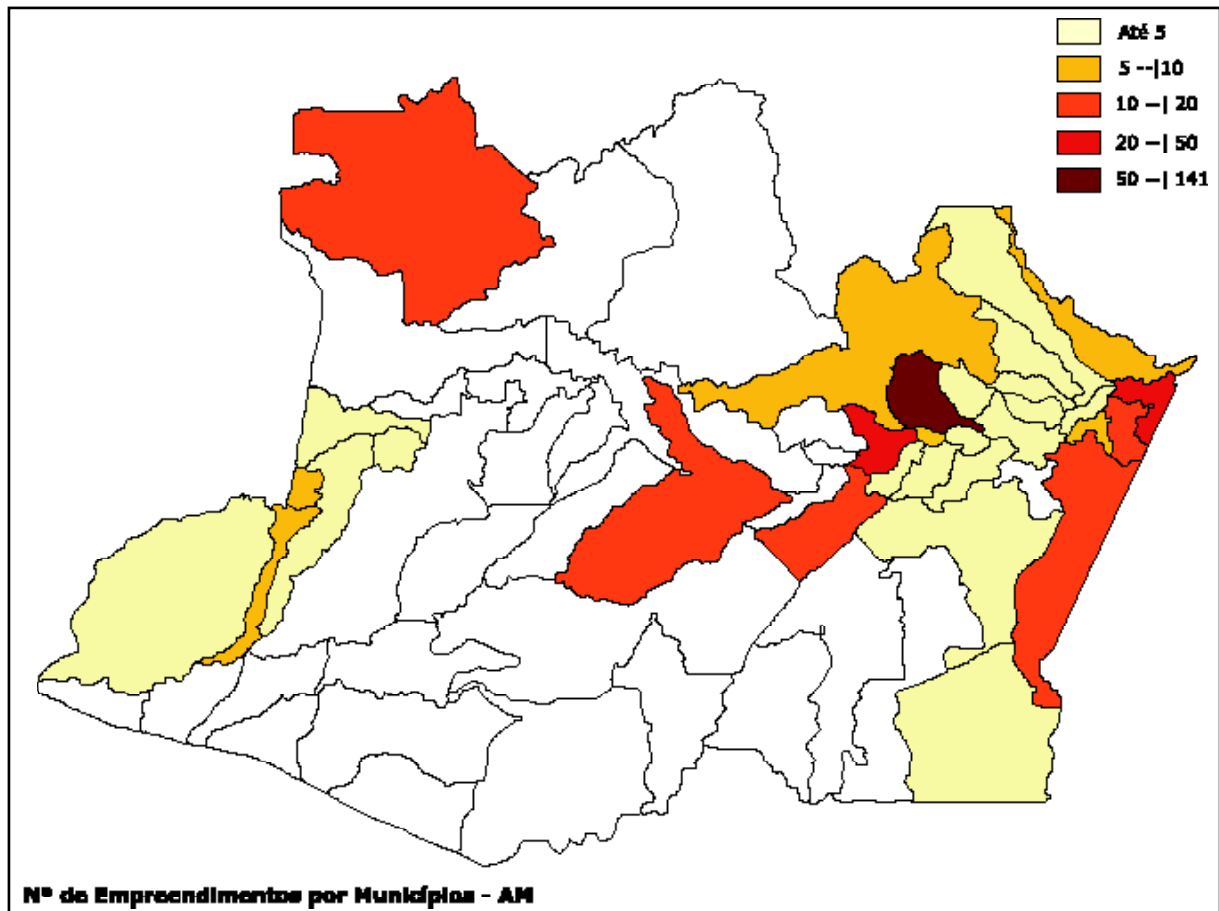


Figura 2 - Mapa da distribuição territorial de empreendimentos econômicos solidários no Amazonas.
Fonte: Atlas digital da Economia Solidária do Brasil 2005/MTE

mais variadas atividades econômicas.

Durante o ano de 2007, esta II Fase continuará tentando captar a real dimensão, ou algo muito próximo do que seja real, da Economia Solidária no Amazonas. As atividades inerentes a este segundo momento visam o mapeamento daqueles empreendimentos não identificados no início da II Fase, assim como, alcançar os municípios não mapeados e ainda implementar um Sistema Estadual de Informações em Economia Solidária que possibilite acesso às informações da Economia Solidária, o fortalecimento e integração dos empreendimentos econômicos solidários, favorecer a visibilidade da Economia Solidária, subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração do marco jurídico adequado à Economia Solidária, além de facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Economia Solidária (GUIA DO SIES, 2006).

CONCLUSÃO

A Economia Solidária é notavelmente uma proposta de desenvolvimento solidário ou incluyente, que segundo Singer é, antes de mais nada, democrático. É uma configuração histórica da constante luta de trabalhadoras e trabalhadores contra o desemprego e a exclusão social. Nesse sentido, a Economia Solidária não se coloca apenas como uma alternativa, mas como algo que questiona o status quo (POCHMANN, 2006).

Os movimentos sociais e populares têm em suas agendas a discussão sobre este tema, os novos rumos a serem tomados e a constante busca pelo reconhecimento da Economia Solidária, que ao longo dos anos tem se fortalecido socialmente. Nesse sentido, a realização da I Conferência Nacional de

Economia Solidária, ocorrida em junho de 2006, foi um marco no espaço e no tempo para o debate e apresentação de propostas da Economia Solidária, além da reivindicação desta como estratégia e política de desenvolvimento social e econômico.

Muitos são os desafios para a consolidação da Economia Solidária e inúmeras são as demandas do Movimento, desde educação a sua efetiva institucionalização no Estado Brasileiro, o que demonstra que é um processo em construção e que o debate está longe de acabar...

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável. II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, 1998.

BACELLAR, Tânia. Economia Solidária. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, I, 2006, Brasília. **Anais**.

BERTUCCI, Ademar A. e ALVES, Roberto Marinho. (Orgs.) 20 Años de Economía Popular Solidaria: Trayectoria de Caritas Brasileira de Los PACs a la EPS. Brasília, Cáritas Brasileira, 2004.

BOCAYUVA, Pedro C. C. in SCHWENGER, Ângela; MEDEIROS, Alzira; SCHIOCHET, Walmor (Orgs.) Políticas Públicas de Economia Solidária por um outro desenvolvimento. Recife, Ed Universitária da UFPE, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, I, 2006, Brasília. **Anais**. Brasília: Senaes, MTE, 2006.

CULTI, Maria N. O Cooperativismo Popular no Brasil: Importância e representatividade, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto C. in SCHWENGER, Ângela; MEDEIROS, Alzira; SCHIOCHET, Walmor (Orgs.) Políticas Públicas de Economia Solidária por um outro desenvolvimento. Recife, Ed Universitária da UFPE, 2006.

GAIGER, Luiz. Empreendimentos Econômicos Solidários. In CATTANI, Antonio David.(org.). A outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

KRAYCHET, Gabriel.. 1999. A Economia dos Setores Populares. São Paulo: Vozes.

MTE- Senaes, 2006. Atlas da economia solidária no Brasil 2005. Brasília:MTE

MTE, Senaes, 2006. Guia de orientações e procedimento do SIES- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Brasília: MTE.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e o “Novo Cooperativismo”, 2004.

POCHMANN, Márcio. Economia Solidária. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, I, 2006, Brasília. **Anais**.

QUINTANERO, T; BARBOSA, Maria L. O; OLIVEIRA, Márcia G. M. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

Revista de Economia Solidária. Economia, solidariedade e gestão: a auto-organização do trabalho no Brasil. Brasília :MTE, Ano1 nº 0. Dezembro de 2005;

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Orgs.) A Economia Solidária no Brasil: A auto-gestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

SINGER, Paul. Desenvolvimento: Significado e estratégia, 2004.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David.(org.).Aoutra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

SINGER, Paul. É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?, 2004.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas. 3ª Ed. São Paulo, Contexto, 1999.

Daniela Freitas Chaves é Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Coordenadora Técnica da II Fase do Mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária do Amazonas (SIES/AM).

Iléia Maria de Jesus Pinto é Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com Especialização em Geografia da Amazônia Brasileira, Coordenadora Regional da II Fase do Mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária do Amazonas (SIES/AM).